

PRIMEIRA SEMANA

1º DIA

- 9,00-10,30 I,1,A - Os objetivos dos CROSE
Relator: Prof. CARLOS PASQUALE
- 10,45-12,00 I,1,B - Seminário: Debates sobre o tema anterior.
- 14,30-15,45 I,1,C - A Lei de Diretrizes e Bases
Relator: PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

1. Introdução: As intenções da Lei de Diretrizes e Bases.

Em que medida se trata de uma lei bem sucedida, no sentido de ter alcançado definir com clareza uma determinada concepção educacional, e de tê-la traduzido coerentemente no conjunto de suas aplicações. Como repercutem os seus princípios fundamentais nas soluções concretas que adotou. Aspectos positivos e negativos: as inovações que introduz, ou apenas deixa entreabertas, e os arcaísmos. As hesitações entre o caráter permissivo, estimulador do processo de criação, e o caráter regulamentador. As ambiguidades de sua filosofia: a verdadeira dialética e o falso equilíbrio.

2. Princípios filosóficos.

a. Os postulados.

- Unidade nacional. Cultura comum; a integração democrática.
- Dialética indivíduo-sociedade; a educação em relação ao bem comum.
- Humanismo. Educação geral e educação técnica. A educação permanente. A consciência universalista.

b. As soluções da Lei.

- Em relação às responsabilidades do Estado na educação e ao princípio de uma educação nacional.
- Em relação ao conteúdo de uma educação comum.
- Em relação à formação científica e técnica.

3. Princípios políticos.

- a. Voluntarismo e espontaneísmo na política educacional. A necessidade de uma política eficazmente nacional. Os instrumentos dessa eficácia.
- b. A vontade comum e o pluralismo na organização do sistema educacional. O planejamento sob essa perspectiva dialética.
- c. Os princípios da subsidiariedade e da ação direta do Estado na política educacional.
- d. A escolaridade como problema sócio-político.
- e. Aspectos sociológicos da habilitação profissional no Brasil e seus reflexos na sistemática educacional.
- f. A organização do ensino.

- Problemas sociológicos. O fenômeno da rarefação e da dispersão cultural. A diferenciação inter-regional. Soluções legais tradicionais, e soluções reais.

- Problemas administrativos. A centralização burocrática antes da Lei de Diretrizes e Bases. O caminho que esta propiciou, ainda não explorado adequadamente. Equilíbrio entre os diferentes sistemas e órgãos educacionais com seus respectivos graus de autonomia, mediante um processo dinâmico; a co-participação programada, na qual o papel do MEC se expressa, antes pela cooperação que pela imposição.

Os Conselhos de Educação; sua originalidade no sistema educacional e suas virtualidades igualmente pouco exploradas, como instrumento de uma política de equilíbrio entre tôdas as instâncias políticas, sociais, pedagógicas, que interferem no processo educacional.

Os sistemas estaduais confrontados com o sistema federal de educação.

A autonomia universitária e seus impasses.
A conversão das Universidades em funda-
ções.

O planejamento: o que a lei determina e o
que autoriza. Papel do Conselho Federal
de Educação.

O financiamento:

O princípio do nivelamento dos Fundos.
O princípio da complementaridade (Uni-
ão, Estados, Municípios).

As prioridades.

Papel dos Conselhos de Educação: o Fe-
deral e os estaduais.

Modalidades de ajuda federal e mecanis-
mos de sua execução.

A eficiência dos sistemas educacionais:

ausência de órgãos de programação, ava-
liação e controle;

os custos e a produtividade do ensino.

4. Princípios pedagógicos

a. Experimentalismo e experiencialismo pedagó-
gicos.

- Possibilidades de experimentar.

- Objetividade do ensino: o confronto com a
realidade, a experiência e o verbalismo.
Falta de proporção entre os propósitos e-
nunciados na Lei e o sistema didático que,
expressa ou implicitamente, nela se con-
tém.

Ausência de perspectiva experiencial, mani-
festada:

- na idéia da escolaridade;

- na idéia da continuidade do currículo,
baseada na continuidade da experiência.

Ex: a solução adotada em relação às vá-
rias modalidades do ensino médio; a ina-
dequada colocação da "formação moral e
cívica" e da "iniciação artística".

O problema do ensino e da pesquisa.

b. Flexibilidade do sistema didático.

Variedade dos cursos.

O princípio das alternativas:

Ex: curso complementar no nível primário:
colégio universitário, no nível secundário.

Adaptação da estrutura didática a situações especiais, determinadas por objetivos particulares dos cursos, ou pelas condições especiais em que se realizam.

Autonomia didática dos sistemas estaduais de ensino, e das Universidades. O problema da inspeção, sob esse aspecto.

c. Problemas do currículo

Sistema de escolaridade (aspectos psicológicos e didáticos).

Flexibilidade do currículo.

Duração dos cursos.

O problema do estudo do português.

Sistema de avaliação.

O currículo mínimo e sua complementação.

O esquema numérico na estrutura da Universidade e da Faculdade de Filosofia, em lugar de um esquema orgânico.

d. Inspeção e orientação educativa

As incongruências que persistem na Lei sobre o caráter da inspeção.

e) A comunidade escolar: o professor, o aluno, o regime e os métodos de trabalho.

16,00-17,30 I,1,D -Seminário: Debates sobre o tema anterior.

PRIMEIRA SEMANA

2º DIA

PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Tal panorama não terá finalidade erudita, antes visando permitir uma compreensão e uma reestruturação do presente educacional brasileiro. Insistir-se-á, notadamente, sobre as tendências de longa duração, ainda vigentes, que facilitam ou bloqueiam os esforços dos reformadores.

9,00 - 10,30

I,2,A. Evolução e principais correntes:

Relator:

1. Algumas etapas:

Ensino jesuítico; o Seminário de Olinda; desenvolvimento das escolas superiores; o Colégio Pedro II; a educação elementar privativa das províncias e, depois, dos Estados; o problema da liberdade do ensino e a questão da Universidade; a preocupação com o ensino primário no advento da República.

2. Aspectos e consequências educacionais das principais correntes ideológicas:

ecletismo, liberalismo, positivismo, cientificismo, integrismo.

3. Influências estrangeiras no campo didático e pedagógico:

a tradição coimbrã; modelos ingleses e franceses; o "germanismo pedagógico"; penetração dos métodos norte-americanos a partir de 1880.

10,45 - 12,15

I,2,B. Tendências permanentes:

Relator: MICHEL DEBRUN

Salientar-se-á a partir do tópico acima:

1. A persistência de alguns traços negativos:

A escola funcionando não raro como barreira social; o desdenho para com o ensino aplicado; o ornamentalismo; os currículos hipertrofiados, etc...

2. A abertura constante para novas ideologias e experiências educacionais, a capacidade para inovações profundas (analisar-se-ão, por exemplo, o relatório Paulino Soares de Souza de 1870 e a concepção originária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P.) e as transplatações bem sucedidas (por exemplo, o movimento cívico dos educadores paulistas a favor do ensino primário e suas afinidades com o laicismo francês dos anos 1880).

15,00 - 18,00

I,2,C. Seminários:

Dois grupos serão formados, cada um devendo debater um dos dois temas apresentados na parte da manhã. Em seguida, reunião plenária, a fim de chegar a conclusões de conjunto sobre a história da educação brasileira, e a influência dessa história sobre a situação presente.

Redação eventual de relatórios parciais e de um relatório global, que poderiam ser apresentados no fim da sessão da tarde do dia seguinte.

PRIMEIRA SEMANA

2º DIA

PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Tal panorama não terá finalidade erudita, antes visando permitir uma compreensão e uma reestruturação do presente educacional brasileiro. Insistir-se-á, notadamente, sôbre as tendências de longa duração, ainda vigentes, que facilitam ou bloqueiam os esforços dos reformadores.

9,00 - 10,30

I,2,A. Evolução e principais correntes:

Relator:

1. Algumas etapas:

Ensino jesuítico; o Seminário de Olinda; desenvolvimento das escolas superiores; o Colégio Pedro II; a educação elementar privativa das províncias e, depois, dos Estados; o problema da liberdade do ensino e a questão da Universidade; a preocupação com o ensino primário no advento da República.

2. Aspectos e conseqüências educacionais das principais correntes ideológicas:

ecletismo, liberalismo, positivismo, cientificismo, integrismo.

3. Influências estrangeiras no campo didático e pedagógico:

a tradição coimbrã; modelos ingleses e franceses; o "germanismo pedagógico"; penetração dos métodos norte-americanos a partir de 1880.

10,45 - 12,15

I,2,B. Tendências permanentes:

Relator: MICHEL DEBRUN

Salientar-se-á a partir do tópico acima:

1. A persistência de alguns traços negativos:

A escola funcionando não raro como barreira social; o desdenho para com o ensino aplicado; o ornamentalismo; os currículos hipertrofiados, etc...

2. A abertura constante para novas ideologias e experiências educacionais, a capacidade para inovações profundas (analisar-se-ão, por exemplo, o relatório Paulino Soares de Souza de 1870 e a concepção originária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P.) e as transplatações bem sucedidas (por exemplo, o movimento cívico dos educadores paulistas a favor do ensino primário e suas afinidades com o laicismo francês dos anos 1880).

15,00 - 18,00

I,2,C. Seminários:

Dois grupos serão formados, cada um devendo debater um dos dois temas apresentados na parte da manhã. Em seguida, reunião plenária, a fim de chegar a conclusões de conjunto sobre a história da educação brasileira, e a influência dessa história sobre a situação presente.

Redação eventual de relatórios parciais e de um relatório global, que poderiam ser apresentados no fim da sessão da tarde do dia seguinte.

PRIMEIRA SEMANA

3º DIA

IDEAIS E REALIZAÇÕES DOS PIONEIROS DA GERAÇÃO DE 1930

Ligado à intensificação da urbanização, já na década de 20, e da industrialização, sobretudo a partir de 1930, o movimento consubstanciado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) se propunha a definir uma educação mais consoante com as exigências da sociedade em gestação. A análise pormenorizada desse movimento deve preceder toda e qualquer tentativa de reestruturação do sistema educacional atual, sendo que:

1. Muitos dos problemas institucionais, financeiros e pedagógicos enfrentados pelos pioneiros ainda permanecem de pé, no que têm de básico e apesar da mudança de contexto sócio-econômico.
2. Nessas condições a reflexão sobre os êxitos ou fracassos dos enfoques teóricos e das soluções práticas então adotados pode permitir uma melhor avaliação das reformas projetadas ou em curso.

9,00 - 10,30 1,3,A. Principais aspectos do movimento:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. Fontes nacionais e estrangeiras
2. Análise do Manifesto
3. A chance política dos pioneiros; alargamento da participação das classes médias ao poder, a partir de 1930.
4. O desvirtuamento progressivo dos ideais, sob o impacto:

- da resistência das elites tradicionais;
- da demanda maciça de educação, maior do que prevista, por parte das camadas em ascensão;
- das expectativas, muitas vezes tradicionais, dessas camadas.

10,45 - 12,15 1,3,B. Principais tendências:

Relator:

Focalizar-se-ão, notadamente, os matizes ou divergências entre os pioneiros relativamente a problemas tais como:

1. Primazia do ensino superior ou primazia da educação popular?
2. Organização dos currículos.
3. Papel do governo federal e papel dos estados e coletividades locais, no campo da educação.

15,00 - 18,00 1,3,C. + Seminário:

Reunião plenária para debater os temas acima, com a participação eventual de educadores da geração de 30.

PRIMEIRA SEMANA

5º DIA

ATUALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA

9.00 - 10.30

I,5,A. A Problemática Educacional Brasileira (tentativa de identificação de suas raízes).

Relator: Prof. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

1. A educação como fenômeno extrínseco ao processo brasileiro.

A educação vem sendo considerada, na prática, como uma realidade exterior à realidade nacional, não incorporada às mudanças sociais, econômicas e políticas.

Causas preponderantes:

- a. cultural: falta de realismo empírico no processo cultural, especialmente no campo da educação; o nominalismo institucional: soluções verbalistas que se sucedem, à maneira de clichês, sem alterar o conteúdo real dos problemas;
- b. sociológica: em consequência dessa alienação, as mudanças oriundas da industrialização e da urbanização deixaram perplexas as elites e o povo, quanto à reformulação do sistema educacional;
- c. política: deficiências de nossa filosofia e organização democráticas.

Entre as consequências dessa extrinsecidade da educação no processo brasileiro, destaca-se a de poder ser ela manejada com indiferença - embora às vezes dissimulada no zelo simbólico - ou com suspeita desenvoltura.

2. A idéia que têm da educação as elites e o povo, decorrentes da tradição, dos moldes culturais e

do contexto sócio-político. A instrumentalidade cultural e a instrumentalidade técnica da educação; relação desses conceitos com as "crenças" implícitas em nossa ideologia política. A sua mútua implicação no plano sociológico e no plano pedagógico.

Atitude das elites em relação à educação. O zelo aparente e o desinterêsse real. Conflito entre a atitude das elites e a pressão popular: conciliação fictícia mediante soluções simbólicas. Ausência de medidas decisivas que traduzam novas "crenças" na eficácia da educação, compatíveis com o seu papel no desenvolvimento nacional. Arcaísmo e desinformação na perspectiva das elites.

Existe um dualismo no sistema educacional brasileiro - uma educação de elites, e outra popular?

Apresentação de nova hipótese interpretativa: a filosofia anti-popular da educação brasileira se exprime dentro de um sistema basicamente único e não dual. Dois tipos de influência recíproca: a inicial - das elites sobre o povo, exercida por contaminação; a atual - do povo, tornado mais consciente do papel da educação - por força das vicissitudes sociais e econômicas - sobre as elites, exercida por pressão.

3. A educação além da escola.

O desafio da quantidade: a educação de todos. Como torná-la viável e eficiente?

O desafio da mudança: a integração dos educados nos níveis e modalidades, incessantemente renovadas, do trabalho e da cultura?

As novas dimensões da educação:

a. educação do povo sob nova perspectiva: a da promoção humana e a das instrumentalidades, nos termos fixados no tópico a, 2.

b. a revolução dos meios.

O caráter ilusório das soluções adotadas no Brasil, quanto à expansão da educação, e, especialmente, quanto à educação dos adultos.

Uma nova metodologia: a valorização da experiência dos adultos no processo de sua educação; valorização da cultura difusa, bem como dos meios de difusão da cultura em escala de massa; educação permanente.

4. A educação e o desenvolvimento brasileiro.

O conceito de desenvolvimento e suas implicações.

Equilíbrio e mudança.

Problemática do desenvolvimento brasileiro. Uma dupla ordem de equívocos: quanto ao próprio desenvolvimento, e quanto ao papel que nele desempeha a educação.

10,45 - 12,15

I,5,B. Os problemas mais importantes.

Relator: Prof. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

1. Expansão do ensino.

a. A idéia de um sistema educacional em equilíbrio com o sistema social global, do ponto de vista das dimensões e das exigências qualitativas. Os três níveis do ensino e seus correspondentes níveis de crescimento. A idéia da correlação entre êles, do ponto de vista, 1) da estrutura interna do sistema educacional, e 2) da harmonização dêste com o sistema social global;

b. aspectos essenciais no problema da expansão do ensino: demográfico, geo-econômico, social e cultural;

c. condições sociais, econômicas e institucionais, em cada região, que predeterminam e

orientam a política de expansão educacional; as desigualdades inter-regionais e o planejamento global da educação;

- d. com que, e como, se busca educação no Brasil. As motivações psicológicas, sociais e econômicas. A expansão do ensino, na linha da promoção das comunidades: as soluções válidas e as ilusórias;
- e. a política baseada em duas diretrizes fundamentais: a concentração de recursos humanos e materiais, e a diversificação das soluções.

2. A escola e o mundo de fora.

a. A idéia da comunicação.

Continuidade entre a escola e a realidade social e histórica: objetividade da educação.

Continuidade entre a educação e o processo social: a educação permanente.

- Como eliminar o imanetismo da escola brasileira, isto é, o seu encerrar-se sobre si mesma? Reformulação de objetivos, currículos e métodos;

- novos estilos de escolaridade: ao alcance de qualquer um, de acordo com o seu preparo, suas necessidades e o seu tempo disponível.

b. A idéia da eficiência.

Em que sentido educação é habilitação. As habilitações fundamentais que ela promove, nos diferentes planos: cívico, social e profissional. Educação e treinamento.

Relações entre a educação e o trabalho. A estrutura ocupacional no país, e a correspondente formação profissional que o sistema escolar promove. Os erros e equívocos na formação de profissionais.

A educação geral e a especialização.

A exigência da qualidade e o mito da quantidade.

A persistência de crenças mágicas na expansão do sistema escolar. Hipóteses realistas de conciliação entre a qualidade e a quantidade. O conceito de escolaridade dentro da perspectiva de eficiência: quanto ao nível e à educação.

3. A educação e a cultura.

Reformulação do conceito de cultura geral. As humanidades na perspectiva do mundo atual. A nova escola média. Em que medida perdura, e é didaticamente viável, a exigência da cultura geral nas estruturas do ensino superior?

4. A escola por dentro.

- a. Problemas do professor: formação, recrutamento, aperfeiçoamento, remuneração, estatuto jurídico, condições e formas de trabalho.
- b. Problemas do aluno: 1) perspectiva generacional; o problema estudantil no quadro do atual pluralismo ideológico: sua repercussão na Universidade e o processo "reductor", próprio da cultura universitária; 2) condições de vida e de estudo dos alunos; a assistência social escolar.
- c. A comunidade escolar e o diálogo pedagógico. Regime e métodos de trabalho do professor e do aluno: as possibilidades do convívio e da cooperação.

14,30 - 15,45

I,5,4. A questão dos meios.

Condições materiais: equipamentos e instalações. Quem pode mudar a educação brasileira, e como.

1. A estratégia fundamental.

- a. A ação pública e a ação privada: as antino

mias arcaicas e a perspectiva atual da integração;

- b. a idéia de liderança nacional;
- c. a idéia do planejamento;
- d. a organização administrativa da educação nas três escolas: nacional, estadual e municipal.

- a tomada de consciência dos problemas educacionais: como se processa no Brasil (espraiando-se do centro para a periferia); e como acelerá-la;
- a informação técnica para uso dos administradores do empirismo mais ou menos casualístico, tornando-a sistemática;
- os meios operacionais: o problema do pessoal qualificado; técnicas de organização e programação.

2. Cooperação técnica.

- a. Os equívocos que perduram. Insuficiência e inadequação dos quadros técnicos para a cooperação a ser exercida pelo MEC. Criação de uma nova linha de ajuda técnica do MEC - não só de cima para baixo, mas de um lado para outro - e de novas categorias de especialistas nos diversos setores da educação, de acordo com a atualidade educacional brasileira
- b. Como tornar atuantes, no sentido da cooperação técnica, as potencialidades culturais do Brasil, representadas pelos seus quadros de professores, pesquisadores, especialistas, etc., atualmente prejudicados pela sua dispersão e confinamento: do isolamento à ação conjugada, da rarefação à concentração irradiadora.

3. Os recursos financeiros.

- a. O dinheiro para a educação e o jôgo da verdade, ou seja, recursos para alimentar símbolos, ou recursos para fazer educação. Educação e desenvolvimento: esgotamento de fase retórica. O nível de recursos que torna a educação instrumento primordial no desenvolvimento brasileiro.
- b. Os pressupostos da nova política de recursos na mentalidade das elites, dos gover - nantes e do povo.

16,00 - 17,30

I,5,D. Seminário - debates.

SEGUNDA SEMANA

1º DIA

A Pesquisa Sociológica no Campo Educacional

Insistir-se-á sôbre a necessidade de uma estreita integração da sociologia da educação à sociologia em geral, num duplo sentido:

1. Os problemas, métodos e técnicas são os mesmos , em que pese a especificidade dos fenômenos educacionais.
2. Êsses fenômenos só podem ser devidamente interpretados quando relacionados com a vida social extraescolar.

9 - 10,30

II,5,A - Áreas de pesquisa:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. As relações entre o sistema social global e o sistema educacional: adequação global do segundo ao primeiro, mas também possibilidade de adiantamentos e atrasos, possibilitando não só conflitos como reestruturações fecundas.
2. As relações de autoridade entre os membros do pessoal educacional, nos vários âmbitos (MEC, secretarias de Estado, escolas, centros de pesquisa etc); o aspecto negativo de algumas dessas relações e o caráter cumulativo das deficiências, gerando às vêzes a imobilização ou o retrocesso do sistema educacional.
3. As expectativas (da sociedade global, das várias camadas sociais, dos professôres e alunos) em relação ao ensino e ao professorado; às ideologias educacionais explícitas; as discrepâncias eventuais de umas e outras em relação à realidade educacional; a inserção dêsses vários aspectos na dinâmica da sociedade global.
4. O papel desempenhado por determinados tipos de ensino e escolas, no sentido de manter ou fortalecer determinados status e estruturas sociais - As várias modalidades dêsse papel: seletividade social no recrutamento e nas promoções dos alu-

nos, quer pelo dinheiro quer pela natureza dos testes propostos; conteúdo do ensino, mais condizente com as tradições ou os interesses de determinadas categorias; a estrutura administrativa do ensino, as modalidades de recrutamento do corpo docente, os seus estatutos; o magistério, como canal de acesso a certos status ou como decorrência dêles.

5. A escola como instrumento de promoção de novos valores, de mobilidade sócio-cultural para as categorias desfavorecidas, de formação de uma nova elite político-econômica - as relações recíprocas entre as mentalidades "empresarial", "tecnocrática" etc... e o ensino de certas escolas superiores.

10,45 - 12,13

II,5,B - Métodos e Técnicas

Relator:

1. Métodos: vários serão expostos e discutidos, notadamente o método funcionalista, familiar aos sociólogos brasileiros.
2. Técnicos: questionários e sua construção, estudos de comunidade, etc...
3. Análise da elaboração, do andamento e dos resultados de uma pesquisa educacional.

15,00 - 18,00

II,5,C - Debate sôbre as possibilidades e a utilidade concreta da aplicação da sociologia ao campo educacional, com a participação de sociólogos ligados a êsse campo.

SEGUNDA SEMANA

2º DIA

A PESQUISA E A EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICAS

9,00 - 10,30

Estratégia e tática da "pesquisa em ação": uma exposição de caráter geral, na qual serão desenvolvidos os seguintes pontos:

1. Admite-se que, numa situação caracterizada pela escassez de recursos, pela urgência das necessidades e pelo número dos problemas, a pesquisa pedagógica seja considerada - a priori - como secundária. Torna-se necessário, pois, redefinir a pesquisa, que será:
 - a. estreitamente ligada à atividade de avaliação quantitativa e crítica das qualidades do corpo docente, do currículo, das técnicas e do material usado, dos resultados de qualquer inovação;
 - b. Mais do tipo de "survey" - isto é, estudo que visa à compreensão dos fatos básicos de uma situação dada, do que do tipo "experimental" - isto é, mudança artificialmente provocada com o objetivo de melhorar um sistema.
2. No caso de uma decisão a ser tomada, a "pesquisa em ação" deverá:
 - a. reunir, com o máximo de objetividade, os dados necessários;
 - b. na medida do possível e quando o assunto o permitir, quantificar os argumentos.
3. Esta estratégia de uma "pesquisa em ação" influirá sobre a sua organização da maneira seguinte:
 - a. Será raramente uma pesquisa "acadêmica" ainda que, na perspectiva de um planejamento integral, seja necessário prever pesquisas fundamentais - isto é, que visam a modificar ou completar as teorias educacionais vigentes; estas pesquisas serão sobretudo desenvolvidas pelas futuras faculdades de Educação;

- b. será, principalmente, uma pesquisa aplicada, isto é, diretamente orientada para problemas específicos, concretos e limitados;
- c. será dada prioridade menos à formação de pesquisadores especializados do que à difusão de uma mentalidade de observação sistemática, de avaliação contínua da parte do corpo docente em atividade, através de programas de supervisão e por centros diretamente ligados às Secretarias de Educação;
- d. será importante que, através da inspeção e da supervisão, circulem intensamente as observações, as inovações e a informação em geral.

4. Isto implica a seguinte tática:

- a. eliminação sistemática do caráter esotérico da pesquisa e preocupação na sua vulgarização;
- b. revisão e sistematização da terminologia em uso; normalização dos instrumentos (em particular dos testes);
- c. revisão dos currículos das Escolas normais e de outras instituições similares, de maneira a preparar o corpo docente para estas novas tarefas.

10,45 - 12,00 II,2,B. Diretrizes para a organização de uma rede nacional de informações.

A partir de um documento proposto pelo Diretor do INEP, poderão ser considerados e discutidos os seguintes pontos:

- 1. Medidas necessárias para dinamizar e estreitar os elos entre os diversos CRPE, o CBPE e o INEP.
- 2. Estudo das modalidades de entrosamento entre, de um lado, os centros dependentes do INEP e de outro, os centros criados diretamente pelas Secretarias e os centros dependentes de Faculdades.

3. Elaboração de uma política nacional de publicações, seja de revistas e boletins informativos, seja de livros e compêndios.

14,00 - 16,00 II,2,C. Balanco da experimentação pedagógica no Brasil a partir da documentação reunida no CBPE pelo Dr. Jaime Abreu.

16,15 - 17,30 II,2,D. Exemplos de "pesquisa em ação".

1. Uma breve apresentação de uma seleção de pesquisas que já foram realizadas no Brasil dentro desta perspectiva.
2. Discussão sôbre as exposições e a organização propostas com base nestes exemplos.
3. Trabalho em grupo, cada um analisando um projeto de "pesquisa em ação", tendo em vista:
 - a. a técnica mais eficaz;
 - b. a sua relevância;
 - c. a sua rentabilidade;
 - d. o seu orçamento;
 - e. a sua difusão posterior.

SEGUNDA SEMANA

3º DIA

AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

9,00 - 10,15 II,3,A - Critérios de avaliação das estatísticas em geral

Relator: JACQUES TORFS

1. Como avaliar o grau de confiança que se pode depositar numa estatística? Exemplo: Censo Escolar 1964.
2. Como avaliar a operatividade de uma estatística em relação a determinado problema? Exemplo: Estatísticas sôbre REPETENTES E DESERTORES.

10,15 - 12,00 II,3,B - Bases para a formação e a análise das Estatísticas de educação

Relator: Profª LOURDES BRITO PEREIRA

1. Discutir-se-ão os vários tipos de estatísticas econômicas e outras necessárias para formulação de uma política educacional.
2. Poderão ser evocadas as bases, propostas pela UNESCO, para a preparação do próximo seminário regional (Santiago) de assistência técnica sôbre inversões em educação na América Latina.
3. Discutir-se-ão as relações entre as informações necessárias pela formulação de uma política e para as operações administrativas.

15,00 - 16,30 II,3,C - SEMINÁRIOS

sôbre os temas anteriores.

SEGUNDA SEMANA

4º DIA

O CUSTO DA EDUCAÇÃO

9,00 - 10,45

II,4,A. Análise dos custos unitários

Relator:

- a. Necessidade de calcular os custos unitários para, de um lado, ter um critério econômico da rentabilidade do sistema; de outro lado, para prever o custo da expansão suposta.
- b. Diferenças entre despesas e custos. Regras e métodos para o cálculo dos custos unitários por aluno. Enumeração e classificação das despesas correntes e das despesas de capital.
- c. O custo por aluno e o custo por aluno formado.
- d. Comparação com os custos unitários internacionais e regionais. Perigos das comparações internacionais.

SEMINÁRIO:

10,45 - 12,00

II,4,B. Exercício para aplicação das regras e métodos expostos à situação local. Determinação dos custos unitários por Estado.

15,00 - 16,30

II,4,C. O custo da educação no Brasil

Relator: JACQUES TORFS

- a. Análise das despesas da União, dos Estados, dos Municípios durante os últimos anos. Custos prováveis.
- b. Estimativa da contribuição do setor privado ao ensino durante o mesmo período.

- c. Evolução das relações entre as despesas totais em educação com o PIB.
- d. Determinação da percentagem do PIB que poderia e deveria ser gasta em educação.
- e. Comparação com a evolução em outros países.

SEMINÁRIO:

16,45 - 18,00

II,4,D. Exercício para aplicação do mesmo método a cada Estado representado.

SEGUNDA SEMANA

5º DIA

PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9 - 10,30 II,5,A - A Nova Filosofia da Administração Pública:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. Princípios Gerais:

- a) eliminação das duplicações e paralelismos de providências e esforços voltados para os mesmos objetivos.
- b) refôrço da coerência interna dos ministérios e secretarias de Estado, delimitação rigorosa das esferas de autoridade e responsabilidade.
- c) descentralização interna dêesses órgãos propiciando uma separação nítida entre as tarefas rotineiras e os processos decisórios.
- d) institucionalização do assessoramento especializado.
- e) descentralização externa, dando maiores responsabilidades ao poder estadual em relação ao poder federal; e às repartições regionais dos ministérios em relação às autoridades centrais dos mesmos.

2. Estruturação de uma verdadeira função pública:

- a) histórico sumário do DASP e da sua atuação.
- b) o Centro de Aperfeiçoamento previsto na atual Lei de Reforma Administrativa, para formação de altos funcionários federais; possibilidade da formação ou treinamento do alto funcionalismo estadual nêsse centro, ou em órgãos similares.
- c) inspetorias e autorias nos ministérios e, eventualmente, nas secretarias de Estado.

10,45 - 12,00 II,5,B - Novas Técnicas Administrativas.

Relator: JACQUES TORFS

1. Modificações básicas dos organogramas: funções Normativas e Executivas.
Integração dos Conselhos Estaduais de Educação numa estrutura administrativa moderna e lógica.

2. Modernização dos sistemas de coleta, classificação
contrôle de dados administrativos e estatísticos .
Utilização das fichas, dos Computadores Eletrônicos
e demais sistemas de Contrôle de dados.

15,00 - 18,00 II,5,C- SEMINÁRIO:

Estudo de organogramas e sistemas administrativos
dos Estados.

SEGUNDA SEMANA

6º DIA

NOVOS MEIOS DIDÁTICOS E NOVOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

9,00 - 10,30

II,6,A. Recapitulação dos meios didáticos disponíveis:

1. Os meios tradicionais e as suas limitações:
 - a. A exposição oral baseada: seja sôbre o quadro negro, seja sôbre um material de demonstração; normalmente seguida de uma avaliação da aprendizagem pela interrogação oral ou escrita.
 - b. Os manuais (ilustrados ou não).
2. Os meios modernos (com demonstração a partir de experiências locais):
 - a. Os meios visuais:
 - a fotografia sob a forma de diapositivos, de filmes fixos ou de imagens projetadas pelo epidiascópio;
 - o cinema mudo.
 - b. Os meios auditivos:
 - a gravação da voz humana ou de sinais sonoros pelo disco ou em fitas;
 - o rádio, seja: programas culturais (ver a Universidade do Ar, rádio MEC ...);
 - programas educativos (aplicação do artigo 99);
 - programas didáticos, no caso da alfabetização ou da educação de base (experiência do MEB ...).
 - c. Os meios audio-visuais:
 - o cinema sonoro seja: o cinema cultural (por exemplo numa política cultural popular); como centro de atividades para as

atividades de lazer (cine-clubes, por exemplo);

- seja: o cinema didático (ver a atividade do Instituto Nacional do Filme Educativo).

- A TV seja: como elemento cultural (o seu uso e as suas possibilidades no circuito comercial);

- seja: como meio didático, no caso, por exemplo, do circuito de TV fechado (no ensino universitário; TV educativa).

d. As máquinas de aprender e a instrução programada;

e. os laboratórios linguísticos.

10,45 - 12,00 II,6,B. Grupos de estudo sobre os seguintes assuntos:

1. Possibilidades de reformulação dos meios tradicionais.

a. Confecção e introdução de material didático (ver as experiências do PABAE, dos recursos audio-visuais dos CRPE, o método Cuisinaire ...);

b. programa de reforma e reformulação dos compêndios e manuais escolares;

c. avaliação da campanha do material escolar, seja ao nível federal, seja ao nível estadual.

2. Os problemas didáticos e pedagógicos no uso dos novos meios:

a. A utilização da imagem no ensino oral;

b. organização da recepção rádio-teledifusa;

c. a seleção e a formação de pedagogos tele e/ou fotogênicos.

3. Organização de um ensino - em todos os níveis - por correspondência.

4. Análise das possibilidades que oferece o artigo 99 por exemplo, na LDB para a aplicação dos novos meios e processos.
5. Os custos e a rentabilidade dos novos meios:
 - a. O problema da fabricação, eventualmente importação, da manutenção e do consêrto da aparelhagem;
 - b. o problema da difusão ao nível nacional; por cinematecas, uso dos video-tapes; a solução do satélite para a TV educativa, etc.;
 - c. cálculo dos preços unitários de uma aula da da através de cada meio diferente.

SEGUNDA SEMANA

7º DIA

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

EXPOSIÇÃO E DISCUSSÃO DE ALGUMAS TEORIAS

O planejamento educacional pode ser encarado de duas maneiras bastantes diversas: em relação aos problemas de formação da mão-de-obra; ou independentemente (parcial ou totalmente) deles, levando-se em conta, sobretudo, os objetivos cívico-culturais da educação e a pressão demográfica. A primeira maneira caracteriza os planejadores profissionais, enquanto a segunda tem a preferência tradicional dos educadores. Faremos neste último caso de planejamento educacional "simples" e, no outro, de planejamento educacional "integrado" (ao planejamento econômico) - ambos podendo realizar-se no âmbito quer nacional quer regional.

Há de conseguir a convergência progressiva dessas duas abordagens: para atender à formação ou à expansão da sociedade industrial, o planejamento educacional terá de ser cada vez mais integrado, mas os planejadores - por contatos reforçados com os educadores ou pela constituição de equipes mistas de planejamento - terão de considerar cada vez mais, entre outras metas, as de caráter cívico-cultural, bem como os aspectos qualitativos da educação.

Os dois modelos que resumimos a seguir são de planejamento integrado, não havendo modificações fundamentais sejam introduzidas, ou não, metas de caráter extra-econômico.

Relator: MICHEL DEBRUN

Esse método constitui menos um modelo original do que a formulação rigorosa e pormenorizada de idéias compartilhadas pela grande maioria dos planejadores que relacionam estreitamente a educação e desenvolvimento. O modelo comporta as seguintes etapas:

1. Estabelecimento de uma correspondência entre os níveis de qualificação profissional e os níveis de formação: por exemplo, 6 níveis em ambos os casos.
2. Estabelecimento de uma correspondência entre os níveis de formação (formulados em número de anos de estudo) e os tipos de formação (colegial secundário, colegial técnico, etc...).
3. Repartição da população ativa entre os principais setores da atividade econômica, utilizando-se, de preferência, a classificação da contabilidade nacional.
4. Determinação da estrutura do emprego em cada setor; constituição de "pirâmides do emprego".
5. "Agregação" dessas estruturas, permitindo a repartição da população ativa entre os vários níveis de qualificação.
6. Fixação das necessidades em mão-de-obra qualificada, para um período futuro, à luz, simultaneamente:
 - dos objetivos do plano sócio-econômico;
 - dos pontos 3, 4, 5, acima referidos;
 - da evolução provável da produtividade nos vários setores, no decorrer do período considerado. O aumento esperado da produtividade em determinado setor modifica, evidentemente, as relações numéricas desejáveis

entre mão-de-obra qualificada e não qualificada.

7. Determinação das metas educacionais (número de futuros diplomados dos vários níveis), voltando-se às correspondências enunciadas em 1 e 2.
8. Tradução dos fluxos de futuros diplomados em efetivos e serem escolarizados nos vários níveis, levando-se em conta as taxas de desercão, repetência, etc...
9. Determinação de vários parâmetros: taxas professor/aluno, custos médios por aluno (distinguindo-se os custos de funcionamento, de investimento por aluno novo, etc...).
10. Revisão eventual das metas educacionais e, conseqüentemente, das metas sócio-econômicas, à luz do investimento educacional global decorrendo de 7, 8 e 9.

Observa-se:

1. Que as etapas 8 e 9, e até certo ponto, 10, são encontradas tanto no planejamento educacional "simples" como no planejamento "integrado". Tais etapas constituem, pois, a parte pròpriamente educacional de qualquer planejamento voltado para a educação. O que não quer dizer que, até hoje, elas sejam encaradas da mesma maneira pelos educadores e pelos planejadores profissionais, sendo aqueles mais sensibilizados do que êstes, pelos aspectos qualitativos do ensino.
2. Que o modelo pode ser enriquecido: por exemplo, autores como Harbison dão particular ênfase à formação no próprio emprêgo e à promoção interna, bem como a tãda uma gama de estímulos nêsse sentido - o que atenua a necessidade de uma rigorosa correspondência entre os níveis de qualificação profissional e determinados tipos de formação escolar.

10,45 - 12,15

II,7,B. Método Tinbergen:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. Tenta relacionar diretamente o número de diplomados a formar ao volume global da produção desejada no futuro: relações numéricas estão sendo postuladas entre um e outro, na base da experiência norte-americana.
2. Pouparam-se, assim, as fases 1, 2, 3, 4, 5 do modelo precedente: não há consideração das correspondências entre qualificação profissional d níveis ou tipos de educação.
3. Para cada taxa de crescimento desejada e possível, um jôgo complexo de equações indica as soluções alternativas: com ou sem assistência externa; nesta última hipótese, com diminuição da taxa professor-aluno nos ensinos médio e superior, ou com formação de um número suplementar de professôres, em detrimento dos técnicos de nível superior destinados à produção, etc...
4. As etapas 8, 9 e 10 do modelo anterior subsistem.

15,00 - 18,00

II,7,C. Seminário para discutir os modelos acima, e possíveis variantes, com vistas a uma aplicação do planejamento educacional integrado à realidade brasileira.

Ressaltar-se-á, notadamente:

- a) a dificuldade da realização, atualmente, do conjunto das operações implicadas no modelo Debeauvais, na ausência de um aparelho estatístico adequado;
- b) o caráter um tanto simplificador, apesar da sua formulação matemática, do modelo Tinbergen, cuja utilização, todavia, pode se cons-

tituir numa plataforma ou num indicador para elaboração de um modelo mais consoante com as peculiaridades brasileiras.

TERCEIRA SEMANA

1º DIA

O ENSINO PRIMÁRIO

Relator: Profº PAULO DE ALMEIDA CAMPOS

O ensino primário brasileiro na atualidade: aspectos quantitativos e carências qualitativas; as diretrizes prevaletentes; as expectativas.

9,00 - 10,30

III,1,A. Aspectos quantitativos do ensino primário.

1. Universalidade e gratuidade do ensino primário. Crescimento demográfico e atendimento escolar. Matrícula geral e por série e as conclusões do curso.
2. As metas quantitativas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.
3. Necessidade de expansão da rede escolar primária e a perspectiva de extensão da escolaridade. Realidade quanto a prédio, equipamento e pessoal docente.
4. Administração e diretrizes programáticas.
 - a. Os órgãos administrativos e técnicos do ensino primário nos Estados;
 - b. o ensino primário no âmbito da Administração Municipal;
 - c. a ação do MEC em termos de assistência técnica; articulação com as Administrações estaduais; diretrizes em vista.

10,45 - 12,15

III,1,B. Carências qualitativas da escola primária brasileira.

O rendimento escolar nas áreas urbanas e rurais, considerado sob o ângulo da capacidade de retenção do alu

no e a escolarização legalmente fixada, com análise dos seguintes aspectos:

- a. A dispersão das idades dos alunos dentro de cada série;
 - b. a concentração de matrículas na série inicial;
 - c. os conteúdos programáticos; o formalismo do ensino;
 - d. os padrões de verificação do aproveitamento escolar; a repetência, a evasão; a promoção progressiva (automática);
 - e. o problema da evasão escolar e as condições sócio-econômicas dos alunos;
 - f. duração da vida escolar; a escolarização ideal e real; o regime de turnos nas escolas;
 - g. graduação do ensino e adaptação do currículo à psicologia infantil e à situação real das escolas e da comunidade;
 - h. recursos materiais e aspectos metodológicos; as práticas educativas.
2. Caráter terminal da escola primária e sentido propedêutico em relação ao ensino médio; problemas de articulação tendo em vista a maturidade emocional e intelectual das crianças; aspectos pedagógicos.
 3. A supervisão do ensino primário; dificuldades técnicas e materiais para a efetivação da tarefa pedagógica pelos inspetores; exigências de qualificação para o exercício da função; o recrutamento e o aperfeiçoamento dos supervisores.

14,30 - 17,30 III,1,C. Problemas específicos, para seminários em Grupos.

- a. Promoção automática;

- b. ordenação do ensino à base da idade do aluno e ritmo de aprendizagem;
- c. adequação dos currículos e execução dos programas;
- d. repetência e deserção;
- e. extensão da escolaridade;
- f. articulação do ensino primário com o de nível médio;
- g. supervisão do ensino primário;
- h. relações entre Administração Estadual, Federal e Municipal;
- i. assistência alimentar e médica aos escolares;
- j. transporte escolar;
- k. educação pré-primária.

TERCEIRA SEMANA

2º DIA

A EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

9,00 - 12,00

III,2,A. Situação atual do Ensino Médio: secundário, técnico industrial, comercial e agrícola.

(Painel: quatro expositores para os quatro tipos de ensino médio e um coordenador; debates dentro do painel e do painel com o auditório)

Relator: Prof.^a EULINA CARVALHO

1. Rêde escolar: distribuição geográfica; atendimento da população escolar; ensino público e ensino particular.
2. Instalações, equipamento e material didático.
3. Atendimento escolar: matrícula, promoção, repetência, deserção, conclusão.
4. Articulação com o ensino primário e o ensino superior; exame de admissão e exame vestibular; o problema dos "cursinhos".

14,30 - 16,00

III,2,B. Objetivos e conteúdo da Educação de Nível Médio: (conferência-debate).

Relator:

1. Objetivos: formação do homem? Capacitação profissional? Atendimento das necessidades sociais e do desenvolvimento nacional? Formação de mão-de-obra e qualificação de nível médio?
2. Conteúdo:
 - a. sua previsão através do currículo: princípios de organização na LDB; o lugar da educação geral e da formação técnica; a

valorização dos estudos práticos; o at
endimento das aptidões dos alunos e das di
versidades regionais;

- b. sua transmissão através do planejamento das atividades escolares, dos programas e métodos de ensino; variedade e adaptação; estímulo à experiência pedagógica;
- c. sua avaliação através da verificação do progresso do aluno a partir dos objetivos: importância dos trabalhos escolares; a função do conselho de classe e da orientação vocacional e educativa; a colaboração da família; o papel da assistência social escolar.

TERCEIRA SEMANA

3º DIA

A ESCOLA DE NÍVEL MÉDIO

9,00 - 10,30 III,3,A - A Escola de Nível Médio

Relator: Prof.ª Eulina Carvalho

1. Escola média de primeiro ciclo: unidade, diversificação e equivalência de cursos; caráter vocacional e pré-profissional; ginásios industriais, ginásios vocacionais e ginásios orientados para o trabalho.
2. Escola média de segundo ciclo: caráter terminal, profissional ou propedêutico dos cursos.
3. Tendências atuais de renovação da escola média.

10,45 - 11,30 III,3,B - Debates sobre a exposição anterior.

14,30 - 15,45 III,3,C - Outras modalidades de ensino de nível médio

Relator:

1. Cursos de aprendizagem industrial e comercial, de artesanato e de metria. Escolas do SENAI e do SENAC.
2. Centros de educação rural. Cursos da SEAV.
3. Possibilidades de organização de outros cursos secundários ou técnicos.

16,00 - 17,30 III,3,C - Debates sobre a exposição anterior.

TERCEIRA SEMANA

4º DIA

O ENSINO SUPERIOR

9,00-10,30 III,4,A - Visão Geral.

Relator: Prof. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

1. A opinião.

O que pensam da Universidade brasileira

- os dirigentes universitários
- os professôres
- os alunos
- o Govêrno
- as elites
- as çlasses produtoras
- o povo

2. A expectativa

O que esperam da Universidade.

3. A prospectiva.

O que desejam que venha a Universidade a tornar-se, ou seja, quais as suas idéias ou projetos de reforma universitária.

10,45-12,00 III,4,B- Análise Crítica.

1. Origens da Universidade brasileira.

Influência dos modelos estrangeiros nos seus estatutos legais, a pressão das circunstâncias e o divórcio resultante entre o formal e o real. Valôres proclamados e valôres efetivos.

2. Expansão do ensino superior.

a. Como e por que surge uma escola superior no Brasil.

- Os imperativos reais e os ilusórios;
- condições sócio-culturais, geo-econômicas e técnicas;
- a multiplicação dispersiva: criação de

novas unidades em vez da consolidação das existentes;

- crescimento das Universidades e Escolas sem ampliação dos serviços. Complicação das estruturas e das instalações: por sofisticação inútil, por mimetismo, por gosto do suntuário, etc...

b. Como e por que se formam as Universidades. Tanto a idéia tradicional, quanto às exigências de sua criação, se fixam num esquema quase mecânico de organização, pelo qual a Universidade se reduz a mero aglomerado de escolas.

c. Função ministerial da Universidade. A consciência que têm as nossas Universidades dos serviços que devem prestar, e os reflexos da consciência na sua estrutura e funcionamento.

3. Objetivos da Universidade.

a. A Universidade e a comunidade social: mecanismos de captação das necessidades sociais; formação de quadros; adequação dos currículos à estrutura do trabalho profissional; atualização científica e tecnológica: a educação permanente; extensão universitária.

b. A Universidade e a ciência: uma política de pesquisa, estimuladora tanto da criação científica quanto das soluções para os problemas da comunidade.

c. A Universidade e a cultura: cultura geral e especialização.

4. A Universidade por dentro (sua organização).

a. Ensino e pesquisa:

- os cursos e sua estrutura; duplicação ou multiplicação de cursos idênticos; as soluções possíveis: troncos comuns, créditos, etc; a Lei nº .

b. Aspectos pedagógicos:

- o professor: formação, recrutamento, aperfeiçoamento, remuneração, regime de trabalho;

- o aluno: ingresso na Universidade, orientação vocacional e profissional, regime de trabalho;
- sistema de trabalho: novas formas de relacionamento entre o professor e o aluno, em termos de colaboração: quanto aos estudos e aos métodos de avaliação. Novo sistema, baseado na atividade do aluno, crescentemente autônoma.

c. Governo da Universidade:

- atual estrutura de poder na Universidade e as mudanças desejáveis. Os dois aspectos da autonomia: externo, como regime destinado a preservar a liberdade da instituição, de pressões vindas de fora; interno, como um todo. Autocracia, oligarquia e democracia no governo universitário. Criação de instâncias acadêmicas para a gestão de atividades especificamente acadêmicas. A representação estudantil;
- o regime jurídico da fundação e suas repercussões no governo da Universidade;
- o planejamento e suas funções: exprimir uma vontade comum - a da comunidade universitária; racionalizar as atividades desta, subordinando as atividades-meio às atividades-fim; e como consequência, favorecer a dinamização da Universidade pela mobilização articulada de todos os seus recursos humanos e materiais.

d. A comunidade universitária:

convivência cultural: encontro de gerações, e o modo de convertê-lo, de situação de conflito em oportunidade de enriquecimento mútuo; confronto de idéias e ideologias diferentes, e a redução destas a um nível de racionalidade, segundo o "animus" próprio da Universidade;

contexto físico: meios de possibilitar a aproximação entre os membros da comunidade acadêmica; o problema da cidade universitária.

atividades esportivas

servicos

- bôlsas de estudo
- residência
- alimentação
- saúde.

e. Condições materiais:

- equipamento:
racionalização dos critérios: adequação aos objetivos e plena utilização. A possibilidade de fixar-se um sistema modulado: tanto o equipamento como as instalações seriam calculados à base do módulo, como unidade de medida em relação ao número de usuários de cada serviço, ao tempo de utilização do equipamento, e ao nível do trabalho a ser realizado. Por êsse sistema, à ampliação dos serviços corresponderia o acréscimo de novos módulos na exata medida das necessidades previstas. A aquisição de equipamentos, sujeita a um plano global e sincrônico no qual se incluiriam todos os elementos pessoais e materiais compreendidos no seu emprêgo;
prioridade da biblioteca, desempenhando um papel altamente dinamizador do trabalho universitário, como peça fundamental do sistema de trabalho mencionado no tópico b do item 4;
- instalações:
racionalização dos critérios de instalação (aplicam-se, aqui, com as adaptações devidas, o que foi dito a respeito do equipamento);
- financiamento:
em que medida o problema financeiro da Universidade reside na escassez, ou no uso inadequado dos recursos;
eficiência e modéstia: a política dos "meios pobres";

critérios usuais de subvenções e seus equívocos;

orçamento-programa: não apenas como instrumento contábil, mas sobretudo como meio adequado de fixar compromissos mútuos entre o MEC e as Universidades. Em torno de uma programação, assim estabelecida, se definem as responsabilidades, de um lado, quanto aos encargos a cumprir, e de outro, quanto aos recursos a fornecer;

ensino privado: substituição do atual sistema de subvenções por outro que integre o setor privado numa política nacional de educação. Segundo êsse critério, as instituições particulares poderiam partilhar, com as instituições públicas, um esforço comum, mutuamente complementar, e receberiam recursos, à altura de suas necessidades e de seus méritos.

5. O aperfeiçoamento contínuo da Universidade.

- a. a "técnica da crise", prevalecente entre nós, define, tipicamente, um processo de reforma de fora para dentro, decorrente da falsidade das estruturas vigentes. Necessidade de criar mecanismos de auto-reforma ou auto-revisão, imanentes à própria Universidade; quais seriam êsses mecanismos?
- b. reforma da Universidade: em que medida depende
 - da própria Universidade e de fatores que ela possa controlar;
 - do dinamismo do processo social global, transcendendo a capacidade de determinação da Universidade;
 - de linhas de liderança voluntária; no caso brasileiro, como se comportam essas linhas de liderança? como seria possível mudar-lhes a orientação? ou criar outras? até que ponto poderão elas, e a própria Universidade, interferir no

processo social global, buscando nele -
pelo mecanismo da reciprocidade de cau-
sas - apôio para a reforma universitá -
ria.

14,30-17,30 III,4,C - Seminário com debates.

TERCEIRA SEMANA

QUINTO DIA

A EDUCAÇÃO PERMANENTE

9 - 10,30 III,5,A. Exposição que definirá a importância e a necessidade deste conceito.

1. As razões sócio-econômicas que permitem à Educação Permanente:
 - a. pensar na educação como processo conforme a uma sociedade em mudança e preocupada com seu futuro;
 - b. organizar o ensino como um sistema de que o "ensino escolar", no sentido tradicional constitui apenas um elemento;
 - c. facilitar uma síntese que ultrapassará as antinomias dos sistemas vigentes;
 - d. realizar a terceira revolução histórica: a democratização da cultura.
2. As razões antropológicas que fazem da Educação Permanente uma maneira:
 - a. de pensar no homem como um ser maturando; isto é, precisando sempre de aprender;
 - b. de fazer de qualquer experiência existencial, a qualquer momento da vida, uma ocasião de aprendizagem;
 - c. de resolver os conflitos de gerações.
3. As razões pedagógicas que ajudam a Educação Permanente a:
 - a. integrar todos os esforços dispersos evitando assim a fragmentação e as dicotomias;
 - b. responder à dupla necessidade da expansão quantitativa e do nível qualitativo.

10,45 - 12,15 III,5,B. Uma exposição indicando como as perspectivas que se abrem através da educação permanente permitem pensar no ensino atual como um sistema, isto é, um conjunto de etapas progressivas (as modalidades) na aprendizagem.

1. A partir desta abordagem, surgem uma série de conseqüências práticas e de problemas, em particular no que diz respeito às articulações:

a. a articulação entre o primário e o médio, com as seguintes alternativas:

- introdução de uma ou duas séries complementares: a exemplo das 5ª e 6ª séries;
- reformulação radical do ciclo ginasial, cujos quatro anos articular-se-iam diretamente ao primário (isto é: um ciclo de escolarização, seguido de um ciclo básico) com uma estratégia planejada da implantação dos dois ciclos;
- um ciclo básico único de oito anos.

b. a articulação do médio com o superior, com as seguintes alternativas:

- introdução de um ciclo propedêutico universitário;
- o "colégio universitário";
- criação de dois tipos para a última série colegial: uma terminal, outra prevestibular;
- os cursinhos como falsa solução.

2. No tocante à diversificação, poder-se-ão discutir os seguintes problemas:

a. nível primário:

- introdução ou não de dois tipos de ensino: um "urbano", outro "rural"?

- as modalidades da integração da escola ao meio;
- transformação do ensino "supletivo" numa educação de adultos.

b. nível médio:

- a diversificação implica um tronco comum básico e uma orientação escolar contínua e institucionalizada;
- a diversificação por tipos diferentes (secundário, científico, etc.) ou por um sistema de créditos?
- necessidade de ter depois do médio uma diversificação pós-colegial seja pela criação de um ensino pós-colegial de nível superior não universitário, seja pela diversificação dos cursos universitários;
- organização de uma política de juventude.

14,30 - 17,30 III,5,C. Discussão em grupos sôbre as medidas necessárias à implantação do princípio da Educação Permanente.

1. Medidas legais relativas ao trabalho dos menores e à organização do "tempo livre"; revisão eventual de certos pontos da LDB.
2. Medidas administrativas seja ao nível ministerial ou estadual de maneira a ter organismos especializados; a criar um corpo de animadores profissionais; a coordenar as iniciativas privadas com os planos oficiais.
3. Medidas ligadas ao planejamento global e educacional de maneira a que sejam previstos planos a longo prazo de equipamentos, de formação de especialistas, etc.

4. Medidas que facilitarão o problema do financiamento.
5. Medidas pedagógicas, enfim, que, para cada nível, determinarão como se pode utilizar a fundo as capacidades ociosas e ampliar o que se realiza ainda de maneira solta.

TERCEIRA SEMANA

7º DIA

PROBLEMAS PEDAGÓGICOS E DO MAGISTÉRIO

9,00 - 10,30

III,7,A. Descrição do corpo docente brasileiro: uma exposição que inclua os seguintes pontos:

1. Dados quantitativos, focalizando de um ponto de vista geral e para cada nível:
 - a. O número de professores "leigos", definidos como sendo todos os que não tiveram a formação prevista para exercer plenamente a sua função atual;
 - b. a participação das mulheres na função docente, consideradas as suas consequências profissionais, sociais e psicológicas (ver o relatório do CRPE);
 - c. a relação entre as obrigações profissionais e as formas de vencimento;
 - d. a organização profissional do corpo docente.

2. Avaliação do número de professores que deverão ser substituídos durante a realização do Plano Nacional de Educação; estimativa do número de professores que devem ser formados em função da expansão prevista dos sistemas de educação; avaliação do número de professores que podem ser formados através das instituições existentes (Escolas Normais, Faculdades de Filosofia e Faculdades de Educação). Comparação destes diferentes dados de maneira a decidir se a formação de professores deve ou não ser ampliada; e, se fôr o caso, em função de quais diretrizes.

3. Levantamento de tôdas as possibilidades de aperfeiçoamento, seja no exercício da profissão, seja por outros meios abertos ao corpo docente.

Em particular, avaliação:

- a. dos diversos cursos organizados pelas Diretorias ministeriais;
- b. dos cursos a cargo do DNE e do INEP;
- c. da CAPES;
- d. dos cursos organizados pelas Secretarias e por entidades particulares.

10,45 - 12,00

III,7,B. Análise das medidas que deveriam ser tomadas para a aplicação, no Brasil, da recomendação sôbre a condição do pessoal docente. (BIE/UNESCO/OIT).

1. Análise do documento.
2. Incentivos para a profissionalização do corpo docente:
 - a. por uma formação mais intensa, mais curta e estritamente profissional, seja nas Faculdades de Educação, seja em Centros especializados;
 - b. as consequências da profissionalização sôbre o sistema normal atual;
 - c. organização de uma carreira, dando-se particular atenção às relações entre o corpo docente de nível primário e médio, do médio e do superior;
 - d. estabelecimento de critérios objetivos para a remuneração, prevendo não só um salário adequado, como outras vantagens.
3. Criação de um corpo especializado de administradores e de especialistas em educação.

4. Criação - por exemplo, nas Faculdades de Educação - de um professorado especializado na formação de educadores em todos os níveis.
5. Ligação estreita da experimentação e da inovação pedagógicas com o aperfeiçoamento e a pós-graduação do corpo docente em exercício.

15,00 - 16,30

III,7,C. Discussão dêesses problemas gerais relacionados com os problemas específicos por nível. Assim:

Grupo I: magistério do nível primário.

- a. Análise das resoluções da Segunda Conferência Nacional de Educação referentes ao problema dos "leigos". Resultados e medidas que a experiência sugere;
- b. discussão sôbre a eventual necessidade de uma formação especializada para o magistério do pré-primário, do ensino em zona rural, do supletivo, etc.;
- c. possibilidade para o professorado primário de ensinar no primeiro ciclo do médio (ginasial).

Grupo II: o magistério do nível médio.

- a. Distinção entre o professorado do primeiro e do segundo ciclos;
- b. necessidade de prever "especialistas", tais como: orientadores, assistentes sociais, psicólogos escolares, etc.;
- c. formação de um corpo docente especializado ou polivalente?
- d. análise dos novos tipos de licenciatura.

Grupo III: o magistério de nível superior.

- a. Análise do estatuto do magistério, recentemente;
- b. a seleção e o recrutamento do professorado incipiente na carreira;

- c. a organização da pós-graduação em relação ao problema da formação e do aperfeiçoamento do professorado;
- d. as formas mais adequadas de preparo pedagógico do professorado de nível superior.

TERCEIRA SEMANA

8º DIA

PROBLEMAS FINANCEIROS

9,00 - 10,30

III,8,A - Custos e Despesas do Ensino

Relator:

1. Estrutura atual das despesas e dos custos de capital e de manutenção por aluno, por professor, série, por escolas, etc.
2. Aumentos prováveis nos próximos anos.
3. Situação provável em 1976.
4. Contribuição da União, dos Estados, dos Municípios, da iniciativa particular, no financiamento dos programas de despesas.
5. Problemas especiais: Fundos de Ensino Primário e Médio, Reservas financeiras das Universidades. Organização financeiras estaduais (FUNDEPAR).

10,45 - 12,00

III,8,B - Custos e despesas de programas especiais

Relator: JACQUES TORFS

1. Custos da Educação Permanente.
2. Custos da Televisão educativa, e dos Novos Meios.
3. Utilização dos créditos bancários nacionais e internacionais nos programas de ensino.

15,00 - 16,30

III,8,C - Seminário Geral sobre Custos de Ensino

QUARTA SEMANA

1º DIA

MACRO-ECONOMIA E EDUCAÇÃO

9 - 10,30 IV,1,A - O lugar da educação na contabilidade nacional

Relator: Jacques Torfs

1. As despesas com o ensino têm uma influência direta sobre:
 - a. a taxa de formação de capital: o desenvolvimento da educação é acompanhado pela criação de ativos tangíveis (prédios e equipamentos) e intangíveis.
 - b. as relações médias e marginais entre os ativos nacionais e o produto nacional, o que se manifestará através de uma modificação do fator de produtividade.
2. Analisar-se-ão as técnicas a serem utilizadas por um planejamento "global" para calcular a parte dos recursos humanos, físicos e financeiros que poderão ser destinados à Educação.
3. Demonstrar-se-á que a educação primária é também uma despesa de investimento. Se, muitas vezes, classifica-se este tipo de ensino como despesa de consumo, isto se deve a certas limitações inerentes aos sistemas de apresentação da contabilidade nacional.

10,45 - 12 IV,1,B - Interrelação entre os objetivos do plano e os recursos disponíveis.

Relator: Jacques Torfs

1. Esta exposição continuará as discussões sobre a estrutura e a lógica dos planos de educação, já iniciadas durante as outras semanas, focalizando-se os aspectos técnicos da elaboração dos planos.

2. O ponto de vista macro-econômico define de um lado os objetivos previstos e a situação a ultrapassar e de outro lado, indica os recursos financeiros disponíveis para a realização dos objetivos. Pode acontecer que estes recursos sejam insuficientes para a consecução dos objetivos, no momento oportuno. Podem, pois, surgir contradições que obriguem a rever:

- o cálculo dos recursos;
- os objetivos educacionais;
- os objetivos dos planos gerais de desenvolvimento;
- as condições típicas de cada região.

Um plano de educação só poderá tornar-se definitivo depois de um esforço complexo de reajustamento das variáveis que constituem suas bases.

3. As relações objetivos/tempo/recursos, devem também ser consideradas dos pontos de vista psicológico e físico. Um plano de educação acelerada não pode se realizar se não existir um número suficiente de professores ou se as reformas administrativas, que deveriam acompanhá-lo não puderem ser aplicadas rapidamente; ou se o público não está preparado para utilizar os novos meios educacionais que lhe são proporcionados.

A discussão abrangerá sobretudo as implicações do plano nacional de desenvolvimento econômico no campo educacional.

QUARTA SEMANA

2º DIA

A CONTABILIDADE EDUCACIONAL

9,00 - 10,15

IV,2,A - Natureza e Conteúdo de um inventário permanente da educação

Relator: Profª ZÉLIA PAVÃO

1. A natureza das estatísticas existentes, a confiança que se pode nelas depositar, o seu grau de operatividade terão sido discutidos e uma análise das estatísticas educacionais brasileiras terá sido feita ao decorrer do 3º dia da 2ª semana.
2. A conferência IV,2,A descreverá a natureza e o conteúdo do sistema de inventário imprescindível para que um planejamento ininterrupto seja possível. Tal inventário deverá abranger os seguintes fatores:
 - estatísticas físicas (número de alunos, por classes e grupos de idade; número de professores, qualificações, etc.);
 - estatísticas da população;
 - cadastros escolares (incluindo descrições das escolas e mapas da sua localização);
 - estatísticas financeiras; receitas e despesas.
3. A natureza exata das informações que devem ser disponíveis será discutida pormenorizadamente; a coordenação das estatísticas federais, estaduais e municipais será analisada, bem como as técnicas de mecanização e automatização dos dados estatísticos, e de classificação rápida destes dados.

10,45 - 12,00

IV,2,B - Uma nova contabilidade dos custos e rendimentos

Relator: JACQUES TORFS

1. A fraqueza das informações disponíveis relativas aos custos e rendimentos da educação terá sido discutida no decorrer do 4º dia da 2ª semana.
2. A conferência II,4,A terá analisado alguns custos e rendimentos, tais como podem ser deduzidos das estatísticas financeiras atuais.
3. Dever-se-á descrever logo a natureza de um sistema de contabilidade válido. As informações disponíveis não permitem calcular os custos e rendimentos econômicos verdadeiros. É necessário introduzir novos conceitos, e notadamente:
 - diferenciar entre DESPESAS e CUSTOS;
 - fazer a distinção entre custos correntes e custos de investimentos;
 - introduzir os conceitos da depreciação e dos juros dentro da contabilidade da educação;
 - encarar o professor como ativo econômico; estudar os custos de investimentos e de operação deste ativo e a sua depreciação.
4. Uma vez estabelecido um sistema de contabilidade válido, será possível escolher entre sistemas educacionais alternativos na base da comparação dos custos e rendimentos; exemplos serão dados de custos calculados segundo antigos e novos métodos.

15,00 - 16,15

IV,2,C - Seminário sôbre a elaboração e a utilização dos cadastros

Os sistemas de elaboração e utilização dos cadastros e mapas educacionais serão explicados a partir de exemplos concretos.

16,30 - 18,00 IV,2,D - As estatísticas financeiras disponíveis no Ministério da Educação serão examinadas e criticadas; uma demonstração será feita das suas deficiências e dos meios de saná-las.

QUARTA SEMANA

3º DIA

DETERMINAÇÃO DAS NECESSIDADES EM MÃO-DE-OBRA

9 - 10,30 IV,3,A - Cálculo da demanda de mão-de-obra e especialistas.

Relator: JACQUES TORFS

1. A demanda de meios educacionais dependerá sobretudo de duas séries de fatores:
 - Imperativos sobretudo sociais, mas também e econômicos, indicarão a demanda de educação primária e ginásial.
 - Imperativos sobretudo econômicos, mas também sociais, determinarão a demanda de educação colegial superior e permanente.
2. As diferenças entre os objetivos sociais e econômicos são mais aparentes do que reais. A realização dos objetivos sociais criará uma situação que favorável às atividades econômicas, isto é, a criação de riquezas, automaticamente refletir-se-á sobre as condições sociais.
3. A técnica de cálculo da demanda de mão-de-obra será a seguinte:
 - Descrever-se-á brevemente a maneira pela qual pode ser estabelecido o inventário das disponibilidades atuais, pela análise das estatísticas populacionais, de emprego, de desemprego e das atividades industriais.
 - As necessidades futuras serão calculadas por projeções, pela análise dos objetivos econômicos e sociais gerais (o que pode incluir a correção dos desequilíbrios sociais ou regionais), pela análise dos planos gerais e setoriais do desenvolvimento econômico e social.
 - Os objetivos prováveis, em função das dispo

nibilidades em mão-de-obra, serão traduzidos em objetivos educacionais e divididos entre zonas administrativas e geográficas, e entre os níveis de ensino.

- Nota-se que uma política econômica e social coerente deve influir sobre a redistribuição geográfica da população.

- Os planos de educação não podem restringir-se apenas à criação de um número suficiente de obras, de técnicos e de cientistas. Devem também levar em conta, e apoiar os objetivos estratégicos da política econômica geral.

4. Ao nível primário, ainda que seja possível calcular matematicamente as vantagens de uma educação primária completa (de 5 ou 6 anos) e universal, este esforço pode ser dispensado no Brasil, uma vez que este objetivo já está previsto na Lei. Serão discutidas e calculadas as implicações numa extensão da obrigatoriedade do Ensino sobre 8 anos de estudos.
5. Ao nível médio, o cálculo das necessidades em educação dependerá muito mais de considerações técnicas. A educação média não pode ser unicamente considerada como via de acesso ao ensino superior. Um Estado moderno para se desenvolver de maneira harmoniosa tem necessidade de empregados de escritório, de mecânicos, de eletricitas, de capatazes, isto é: de uma classe técnica que o nível primário por si só não pode formar. As projeções de empregos por setor, o estudo das necessidades em mão-de-obra de diversos graus de especialização, previstos nos planos nacionais e setoriais, permitirão estimular as demandas prováveis a curto, meio e longo prazo. O sistema educacional médio deverá ser reformulado de modo a permitir a satisfação desta demanda.
6. Ao nível superior, a orientação e os objetivos de ensino deverão ser revistos de uma maneira

similar. Deve ser obtida uma definição clara das necessidades de engenheiros, arquitetos, dentistas, etc... como da oferta em educação; isto é: o sistema universitário deverá evoluir de maneira a produzir todos os anos as turmas desejadas.

7. É evidente que estes cálculos permitirão prever déficits temporários ou permanentes da estrutura da oferta em técnicos e especialistas com características especiais. Dever-se-á então estudar se a demanda poderá ser satisfeita pela criação de novos sistemas de ensino (o ensino pós-colegial por exemplo); ou de novas faculdades (de física nuclear por exemplo); ou por uma política de imigração seletiva; ou por uma política de bolsas de estudos.

11 - 12 IV,3,B - Técnicas especiais de cálculo de demanda.

Relator: ARLINDO LOPES CORREA

Serão discutidos os resultados dos cálculos realizados pela EPEA para calcular a demanda de mão-de-obra e a população escolar provável em 1976.

15 - 18 IV,3,C - Seminário sobre o cálculo das necessidades em mão-de-obra.

Discutir-se-á diversos exemplos brasileiros, como por exemplo, o "Estudo para a formação de técnicos de nível médio no Estado do Paraná".

QUARTA SEMANA

4º DIA

CONDIÇÕES CULTURAIS, POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS DO PLANEJAMENTO

EDUCACIONAIS

9,00-10,30 IV,4,A - Condições culturais e políticas:

Relator: MICHEL DEBRUN

- a. Algumas são requeridas para todo e qualquer planejamento: clima favorável não só à quebra dos padrões e expectativas da sociedade tradicional bem como ao disciplinamento da vida social no seu conjunto (existência de um tal clima no Brasil, depois de um período de desenvolvimento rápido e desenfreado).
 - Possibilidade de difundir maciçamente a mística do plano, graças ao controle de parte ponderável dos mass-média: existência, nas elites políticas e econômicas, de uma ideologia do plano, capaz de captar-lhe o sentido racionalizador e a correspondência com o momento histórico brasileiro.
 - Existência, no decorrer da realização do plano, de um movimento de opinião institucionalizado, capaz de pressionar os poderes públicos.
- b. Outras caracterizam mais especificamente o planejamento educacional:
 - o planejamento global, no que diz respeito à parte educacional, deve levar em conta a multiplicidade das motivações (especialmente educacionais, culturais, sócio-políticos, etc...) dos educadores e dos educandos: tal multiplicidade é muito maior do que a referente às motivações dos empresários.
 - o que implica que o planejamento global,

em relação ao setor educacional, lance mão da pesquisa sociológica e pedagógica; e por outro lado, dê ênfase às preocupações dos educadores, no decorrer da compatibilização intersetorial.

- Paralelamente, a propaganda do plano deve insistir, desta vez junto aos educadores, aos educandos e às suas famílias, sobre a idéia de que a educação não é só um valor consumo e um investimento individual, e sim também um investimento coletivo.

10,45-12,00 IV,4,B - Condições administrativas:

Relator: MICHEL DEBRUN

- a. Existência prévia da reforma administrativa geral: desejável no caso da simples reorganização dos sistemas educacionais (em particular dos seus órgãos de decisão) ela se torna imprescindível na do entrosamento da educação como planejamento global. Com efeito só a reforma administrativa geral pode:
- dar continuidade à execução de planos de longa duração, pela distinção que introduz ou reforça entre o administrador, cuja estabilidade ela tenta definir e garantir, e o político.
 - permitir a introdução das novas técnicas organizatórias e de controle administrativo, sendo a adoção de tais técnicas dificilmente concebível dentro dos limites de um só ministério.
 - institucionalizar os órgãos e mecanismos de coordenação interministeriais encarregados quer da compatibilização dos planos setoriais dentro do plano global quer da execução ou do controle da execução deste plano.
 - redefinir, eventualmente por via constitucional, as relações entre o âmbito federal e o âmbito - entre os vários poderes, a fim de acelerar a elaboração, a execução e o controle do planejamento.

- b. Existência prévia da reforma administrativa dos órgãos educacionais de decisão: tal reforma, fortalecendo em particular o MEC, deve permitir aos educadores serem os principais responsáveis pelo planejamento educacional - quer no nível da formulação setorial quer no nível da compatibilização intersetorial.

15,00-18,00 IV,4,C - Seminários:

Dois grupos serão formados, cada um devendo debater um dos dois temas apresentados na parte da manhã.